

A economia em novo turbilhão político

Rogério L. Furquim Werneck*

Sobram razões para comemorar as evidências de que, afinal, a economia brasileira está deixando para trás o longo e penoso processo recessivo em que esteve metida desde o segundo trimestre de 2014, último ano do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. Por incipiente que seja, a expansão da economia traz de volta a esperança de uma retomada mais vigorosa do crescimento, da redução do desemprego, da recuperação da arrecadação e de uma trajetória menos assustadora de agravamento do endividamento público. Na difícil quadra que o País atravessa, não é pouco.

O que há de novo é que o consumo voltou a se expandir. Na esteira da liberação das contas inativas do FGTS e dos efeitos diretos da redução da inflação e da queda do desemprego sobre o consumo, vêm-se somando efeitos indiretos importantes, à medida que quem temia perder o emprego começa a se permitir padrões menos austeros de consumo.

Não chega a ser surpreendente que o investimento ainda continue em queda, entravado por níveis muito elevados de capacidade ociosa, pela falta de aparatos regulatórios confiáveis para desenvolvimento de projetos de infraestrutura e, especialmente, pela alta incerteza sobre que rumo tomará o País na encruzilhada eleitoral do ano que vem. Por ora, é o consumo e, em menor escala, as exportações que deverão continuar a dar tração à recuperação paulatina do nível de atividade.

Será muito bom se a complexa disputa presidencial de 2018 puder ser travada contra o pano de fundo de uma economia em retomada, que dê credibilidade à aposta em plataformas eleitorais mais consequentes, que possam voltar a abrir à sociedade brasileira a perspectiva de um novo ciclo duradouro de prosperidade.

Preservar a credibilidade dessa aposta é o grande desafio que a equipe econômica do governo terá pela frente até as eleições de outubro. Fácil não será. O esforço de manter as contas públicas sob relativo controle está fadado a ser extraordinariamente desgastante. Não bastasse o desgaste do relaxamento das metas fiscais de 2017 e 2018, a Fazenda se vai dando conta de que dificilmente conseguirá cumprir as novas metas, mesmo que persista no rigoroso esforço de contenção dos gastos não-obrigatórios, sob protestos cada vez mais acirrados das mais diversas áreas afetadas.

Resistir às pressões por relaxamento do controle fiscal ao longo do ano eleitoral, sem garantia de respaldo inequívoco do Palácio do Planalto, promete ser uma agenda especialmente difícil.

Pelo menos era assim que o quadro se afigurava no início da semana, antes de vir a público outra rocambolesca reviravolta no já inverossímil enredo das delações premiadas dos irmãos Batista.

O constrangedor revés enfrentado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) foi pronta e ostensivamente comemorado pelo Planalto e por boa parte do Congresso. Houve até quem se apressasse a anunciar que, por vias tortas, a PGR conseguira, da noite para o dia, o que o governo já tinha dado como missão impossível: reverter a fragilização do presidente e remontar uma base governista coesa no Congresso.

Mas o entusiasmo inicial do Planalto foi logo empanado, já na terça-feira, pela notícia de que a Polícia Federal encontrara mais de R\$ 50 milhões em dinheiro vivo em um apartamento, em Salvador, emprestado a Geddel Vieira Lima, ex-ministro-chefe da Secretaria de Governo.

Para completar a complexidade do quadro político, ainda na terça-feira, a PGR apresentou denúncia, por formação de organização criminosa, contra os ex-presidentes Lula e Dilma e os ex-ministros Antonio Palocci, Guido Mantega e Paulo Bernardo, entre outros. Denúncia que ganhou muita força, já no dia seguinte, com o bombástico depoimento de Palocci ao Juiz Sérgio Moro.

Em meio à densa nuvem de poeira levantada por esse turbilhão, Brasília recolheu-se à vilegiatura do feriadão de 7 de setembro, deixando o País mais uma vez atônito, tentando vislumbrar em que medida tudo isso deverá afetar a difícil travessia que tem pela frente, até as eleições de 2018.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.